



ARTIGO

**DE HERÓIS A INIMIGOS:  
A REPRESENTAÇÃO  
DOS ÍNDIOS NA  
HISTORIOGRAFIA  
CAPIXABA**

*Rafael Cerqueira do Nascimento*

*Doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Guarapari.*

*Walter G. de S. P. et al.  
Cachoeiro de Itapicui, 13. 7. 1899.*

## Resumo

A historiografia sobre os indígenas, atualmente, tem produzido importantes reflexões que permitem dar visibilidade e reconhecimento desses grupos enquanto sujeitos históricos no Brasil e no Espírito Santo. No entanto, historicamente, a historiografia capixaba contribuiu para a produção e cristalização de imagens negativas acerca da história indígena. Nesse sentido, o propósito desse artigo é apresentar como uma determinada narrativa histórica, a narrativa da superação do atraso, elaborou representações sobre os indígenas no passado capixaba associando-os ao atraso colonial e definindo a imagem de obstáculos do desenvolvimento do Espírito Santo. Identificados com o período colonial, interpretado como o da origem do atraso local, os indígenas foram representados como os principais responsáveis pela condição de atraso no passado. Consequentemente, conforme a progresso do Espírito Santo ocorria, segundo essas narrativas, os indígenas foram invisibilizados na trajetória histórica capixaba. Concluindo, apresentamos, também, como a historiografia acadêmica atual possibilita uma nova compreensão sobre a experiência histórica dos indígenas.

**Palavras-chave:** Indígenas; Espírito Santo; Historiografia; Narrativa histórica.

A historiografia brasileira nas últimas décadas ampliou os estudos acerca dos índios em diversos períodos da história do Brasil. O reconhecimento da temática indígena, inclusive, se insere na própria reflexão sobre a (re)escrita da história, no que tange a mudanças de paradigmas e a inserção de sujeitos históricos antes marginalizados por determinadas narrativas. No que tange à produção historiográfica no Espírito Santo, a história indígena tem colaborado com a eliminação de preconceitos e estereótipos, de visões idealizadas e anacrônicas, a busca pelo papel ativo e autônomo dos índios e a superação de representações indígenas associadas ao passado colonial.

## Abstract

*Indigenous historiography has currently produced important reflections that allow to give visibility and recognition to these groups as historical subjects in Brazil and Espírito Santo. However, historically, capixaba historiography has contributed to the production and crystallization of negative images about indigenous history. In this way, the purpose of this article is to present how a certain historical narrative, the narrative of overcoming delay, elaborated representations about the indigenous people in the Espírito Santo past, associating them with colonial backwardness and defining the image of obstacles to the development of Espírito Santo. Identified with the colonial period, interpreted as the origin of local backwardness, indigenous people were represented as the main responsible for the condition of backwardness in the past. Consequently, as Espírito Santo progressed, according to these narratives, indigenous people were made invisible in the historical trajectory of Espírito Santo. In conclusion, we also present how current academic historiography enables a new understanding of the historical experience of indigenous people.*

**Keywords:** Indigenous people; Espírito Santo; historiography; historical narrative

Esse papel desenvolvido pela historiografia capixaba luta pela desconstrução de narrativas mestras que construíram e cristalizaram ao longo do tempo determinadas imagens negativas, assim como colaboraram com a invisibilidade histórica de determinados sujeitos. Nesse sentido, o presente artigo visa analisar como os indígenas foram representados (quando não simplesmente apagados) nessas narrativas mestras do Espírito Santo. Analisar como surgem nas narrativas com uma imagem negativa e sua lembrança está associada a eventos e circunstâncias consideradas prejudiciais para o desenvolvimento da sociedade espírito-santense.

Desse modo, considerando que a historiografia tem seu papel na memória instituída sobre determinados grupos, é necessário resgatar os vestígios de uma memória indígena, em especial, no Espírito Santo:

Foram, no mínimo, cento e quarenta anos de história de contato e conflito na região do rio Doce e adjacências e somente em 1940 o 'problema indígena' foi considerado superado naquelas regiões, então sob o controle do Estado do Espírito Santo. Entendeu-se, na ocasião, que o problema estava superado porque os vestígios da presença indígena naquele território haviam sido suprimidos. Essa história de contatos e conflitos ainda permanece basicamente desconhecida pelas novas gerações que não viram, com os próprios olhos, os índios do rio Doce (MOREIRA, 2001, p. 100).

Essa condição de ausência dos indígenas na memória local evidencia a problemática que envolve a produção de uma determinada narrativa histórica do Espírito Santo. Em sua crítica, Moreira explicita a narrativa vinculada a essa condição. Analisando a questão na obra *História do Estado do Espírito Santo* (OLIVEIRA, 1975), a autora realiza a seguinte crítica:

Seu livro faz parte de uma produção historiográfica influenciada pelo que hoje qualificamos de escola metódica cujos limites são bem conhecidos. Mas a popularização da maneira metódica de escrever-se a história nem sempre produz os melhores frutos. (MOREIRA, 2001, p. 106)

Moreira argumenta que a obra se tornou uma referência negativa no que tange a imagem e o lugar ocupado por determinados sujeitos históricos na memória local. Essa obra está inserida em uma narrativa histórica detentora de um enredo cujo significado produz lembranças e esquecimentos e reforçam estereótipos, preconceitos e hierarquias históricas. Enfim, para compreendermos a representação indí-

gena tal como proposto, é preciso evidenciar o que orientou a escrita da história que aqui é denominada de narrativa histórica da superação do atraso (NASCIMENTO, 2018).

Entre as décadas de 1950 e 1970, em consonância com o projeto de desenvolvimento via industrialização que se implementava, emergiu no Espírito Santo uma produção historiográfica: a narrativa histórica da superação do atraso. Autores como José Teixeira de Oliveira, com a referida obra *História do Estado do Espírito Santo* (1975), Maria Stella de Novais, com *História do Espírito Santo* (1964) e Neida Lúcia Moraes, com *O Espírito Santo é Assim* (1971) elaboraram narrativas históricas que consolidaram uma determinada forma de narrar e qualificar o Espírito Santo. Orientada pelo paradigma do progressivo desenvolvimento do Estado, essa narrativa elaborou um enredo para a história capixaba no qual definiu lugares para períodos, acontecimentos e sujeitos históricos que foram classificados em função do valor que tinham para o desenvolvimento do Espírito Santo.

Exemplar dessa leitura sobre o passado capixaba, que colabora com o entendimento acerca da representação indígena no passado capixaba, é a interpretação de José Teixeira de Oliveira sobre o período republicano no Espírito Santo. Primeiramente, ele avalia a chegada da República dessa forma:

O esforço da gente capixaba, no período republicano, não se desviou da diretriz secular de sua história. Sobrepassando às vicissitudes políticas e ao trabalho contínuo em busca do aprimoramento das condições ambientes, uma constante presidiu aos atos dos governos espírito-santenses na primeira metade do século - a conquista do *hinterland*. Curioso destacar que coincidiu, mais ou menos, com a passagem do quadricentenário do desembarque dos pioneiros a conquista definitiva do derradeiro trecho de território - nas margens do rio Doce - aos aimorés, que ali se haviam alojado como se fora o reduto final de uma luta de morte (OLIVEIRA, 1975, p. 427).

As expectativas do desenvolvimento republicano, nessa perspectiva, estão associadas à conquista sobre os indígenas, em termos de interiorização e vias de comunicação. Essa relação fica ainda mais evidente quando se observa a chegada da industrialização a partir de 1950. Interpretando esse período, que, segundo a narrativa da superação do atraso, seria o momento de superação de uma condição histórica que marcava o passado capixaba, o autor também insere os indígenas como obstáculos superados na trajetória capixaba:

Os que leram as páginas precedentes recordam, por certo, das constantes objurgatórias de observadores e governantes da terra capixaba, no sentido de que as dificuldades de fixação do homem ao solo eram quase sobre-humanas e praticamente nenhum o interesse pelo progresso, pela melhoria das condições de vida da população. Inácio João Mongeardino – capitão-mor façanhudo, que deixou descendência de prol – legou depoimento contundente: ‘A terra é capaz de toda a produção, fazendo-a, mas os seus habitantes frouxos e nada ferrados ao interesse. Os seus sertões dilatados e de muitos haveres, mas cultivados três léguas de fundo à frente deles, distância a que só chegam os lavradores com receio das hostilidades do gentio bárbaro’ (OLIVEIRA, 1975, p. 474).

A visão sobre os indígenas se insere justamente na lógica do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo. Nessa narrativa, na trajetória histórica capixaba, coube ao período colonial instituir o atraso. Circunstâncias, acontecimentos e sujeitos foram representados em função do papel que desempenharam para a condição histórica do atraso local. Os indígenas ganharam um lugar próprio nesse passado capixaba: o do atraso colonial. Compreendidos como a principal barreira para o desenvolvimento espírito-santense em sua história, os indígenas ficaram circunscritos numa dada concepção sobre o Espírito Santo e suas dificuldades históricas. Nesse sentido, o século XIX, do fim do período colonial e início do Im-

pério, marcaria o início de um processo de superação do atraso, com a libertação de determinadas amarras. Não por acaso, assim, é nesse momento das narrativas que os indígenas desaparecem dos roteiros históricos progressivamente. Afinal, segundo esse enredo histórico, a condição do atraso estava condicionada à superação com o advento da República e, em especial, com a implementação dos projetos de industrialização (NASCIMENTO, 2018, p. 53-65).

### De herói a vilão: os indígenas no passado capixaba

O índio, “pesadelo constante, inimigo de todas as horas” (OLIVEIRA, 1975, p. 55) foi caracterizado como um dos principais fatores da não-realização do Espírito Santo, no período colonial, em termos de desenvolvimento. A imagem dos indígenas foi, ao longo das narrativas, tecida sob a perspectiva do colonizador. Foram interpretados por meio de dicotomias “bons” versus “maus” ou “colaboradores” versus “inimigos”, o que implicou numa série de referências que os identificavam como obstáculos, barreira, empecilhos, opositores de um projeto que deveria ser realizado.

De acordo com Almeida (2010, p. 17), a interpretação sobre os índios na história do Brasil esteve vinculada à perspectiva do colonizador. E, ao longo do tempo, na historiografia brasileira, o lugar dos indígenas foi marcado pela manutenção de uma representação:

Desde a História do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagem (1854) até um momento bastante avançado do século XX, os índios, grosso modo, vinham desempenhando papel muito secundário, agindo sempre em função dos interesses alheios. Pareciam estar no Brasil à disposição dos europeus, que se serviam deles conforme seus interesses. Teriam sido úteis para determinadas atividades e inúteis para outras, aliados ou inimigos, bons ou maus, sempre de acordo com os objetivos dos colonizadores (ALMEIDA, 2010, p. 18)

Nesse sentido, o indígena, dentro da galeria de personagens da história do Espírito Santo, insere-se no conjunto de grupos e indivíduos pertencentes à categoria de inimigos, identificados, sobretudo, com a imagem do atraso. No entanto, seguindo essa lógica interpretativa, encontramos também personagens indígenas que passaram a frequentar essa galeria histórica no papel de aliados, definidos como “colaboradores” da colonização.

Tais indígenas ganharam uma posição de destaque justamente por representarem a preocupação dos autores em buscar no passado um lugar e um papel para o Espírito Santo no contexto da história nacional. Nesse sentido, tal como Maria Ortiz, esses indígenas foram diferenciados pelos serviços prestados aos colonizadores. Maracaiguaçu e Arariboia, diferentemente da maioria dos grupos indígenas, passaram a frequentar a categoria dos heróis da história do Espírito Santo, não pela resistência, mas pelo papel que desempenharam na contribuição ao elemento colonizador, mais especificamente, na defesa contra as invasões sofridas pela colônia portuguesa. Mesmo que não seja uma abordagem ampla e esclarecedora das experiências de ambos, é nítido o contraste entre a presença deles com os demais indígenas nas obras de Maria Stella de Novaes, José Teixeira de Oliveira e Neida Lúcia de Moraes. Maracaiguaçu aparece na narrativa sendo primeiramente ajudado por Vasco Fernandes Coutinho devido ao ataque de índios tamoios e franceses, por seu propósito de tornar-se cristão e, sobretudo, por ter combatido os franceses no ano de 1558, o que definira, portanto, “os bons entendimentos que presidiam as relações entre os colonos e a gente de *Gato Grande*” (significado de Maracaiguaçu).

Mas é Arariboia que surge como herói representativo da colonização do Espírito Santo na defesa do Brasil. Neida Lúcia ressalta o caráter heroico nas qualidades atribuídas ao indígena:

As crônicas portuguesas da época contam bem o heroísmo do índio e os seus feitos de guerra. Con-

tam que ele foi o vencedor do terrível tamoio, na Guanabara e mesmo fora dela. E vencedor que aterrava o inimigo pela sua coragem e arrojo. [...] Seguindo a narrativa sobre Arariboia, a autora evidencia a fala de um governante do Rio de Janeiro em uma cerimônia: ‘O grande Arariboia, aquele a quem tanto deve Portugal; o tacape mais valoroso desta parte da América. Garantiu o brilho das armas portuguesas nos famosos encontros de \paranapicuí e Uruçumirim, pelos tempos de fundação do Rio de Janeiro, isso, sem falar das campanhas de Cabo Frio. Escudo vivo Del-rei’ (MORAES, 1971, p. 23-24).

Assim os insere Maria Stella em sua narrativa:

[...] A expedição para combater Villegaigon saíra da Bahia de Todos os Santos, a 16 de janeiro de 1560; fundeou na Guanabara a 21 de fevereiro. Levou do Espírito Santo um contingente de índios-flecheiros, apesar de estarem os moradores temerosos dos índios dos franceses. Rocha Pombo e outros historiadores registram que, nessa viagem do Governador Geral, Maracaiguaçu, incorporou-se à expedição. De acordo com Simão de Vasconcelos, o chefe Arariboia foi, igualmente, ao Rio de Janeiro na mesma ocasião. [...] Dado o valor dos índios flecheiros desta Capitania, sempre atenta a auxiliar a defesa do Brasil, não se pode desprezar a ideia nas duas viagens do intrépido Arariboia, o bravo auxiliar dos colonizadores, - no Espírito Santo e no Rio de Janeiro (onde nasceu) (NOVAES, 1964, p. 34-35).

O lugar do Espírito Santo surge, então, dessa participação. A Capitania colaborou, principalmente com índios flecheiros sob o comando de Arariboia:

Seguiram, de fato, muitos índios flecheiros, sob o comando de Arariboia, que, segundo já escrevemos, durante quatro anos, muito auxiliou no combate aos franceses. Colaborou, assim, na fundação da cidade do Rio de Janeiro, e, pelos seus méritos, foi nomeado Cavaleiro de Cristo, com uma tença de

12\$000 e uma sesmaria, em Niterói, onde fundou uma aldeia (NOVAES, 1964, p. 36).

José Teixeira de Oliveira completa essa visão, na qual o indígena surge numa situação reverenciada pelo autor, ou seja, na ajuda prestada pela capitania do Espírito Santo à do Rio de Janeiro em 1561:

Aludimos ao auxílio prestado pelo Espírito Santo a Estácio de Sá na empresa que culminou na expulsão dos franceses da Guanabara e fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, depois capital do Brasil. A colaboração que a capitania de Vasco Coutinho dispensou a este episódio da consolidação da hegemonia portuguesa no Brasil se inscreve entre as mais belas e eloquentes demonstrações de acuidade política e solidariedade fraternal do período colonial. (OLIVEIRA, 1975, p. 101)

É nesse contexto que o autor insere Arariboia:

De Arariboia, comandante de duzentos temiminós que o Espírito Santo mandou à luta contra os franceses de Villegagnon, não é necessário dizer mais que isto: ele e os flecheiros que tinha junto de si decidiram da sorte dos intrusos (OLIVEIRA, 1975, p. 102).

Assim, José Teixeira, Maria Stella e Neida Lúcia atribuem um significado reduzido e simplista (aliados de uma causa portuguesa) à atuação de Arariboia e dos temiminós. Estes foram interpretados em função do papel que caberia ao Espírito Santo no contexto da colonização portuguesa no Brasil, desconsiderando, deste modo, a complexidade de relações que se estabeleceram entre índios e colonizadores, conferindo um significado aos indígenas aliados da obra colonizadora, no qual Arariboia aparece como representante. No entanto, na narrativa do progressivo desenvolvimento, a imagem indígena correspondeu a um outro lugar.

O que prevaleceu foram representações imagético-discursivas que evidenciam o lugar de obstácu-

lo ao progresso instituído sobre os indígenas. Maria Stella de Novaes apresenta uma interpretação similar ao falar do princípio da colonização considerando que exigia de Vasco Fernandes Coutinho “previsões contra inimigos internos e externos” (NOVAES, 1964, p. 18), dentre eles, o índio. Neida Lúcia, por sua vez, avalia as dificuldades do Espírito Santo em sua origem:

la começar a dolorosa adaptação, a luta sem intervalos, a vigília permanente, com o desconhecido sufocando anseios [...] A mata começava na praia e não se interrompia ao surgir a cordilheira. Em cada volta o inimigo, ora com a forma de uma fera, ora representado por uma doença, ora encarnado na figura do índio (MORAES, 1971, p. 15).

Constatamos, assim, o espaço reservado ao indígena. Ao realizar a comparação entre o Espírito Santo e outras capitanias, José Teixeira de Oliveira argumenta:

Outras donatarias exibiam mais riquezas, mas, por certo, em nenhuma outra as condições haviam sido mais adversas à implantação do homem europeu. Aqui, a floresta espessa – verdadeira fortaleza oposta às tentativas de penetração – era, mais que qualquer outro acidente de qualquer outra parte do Brasil, uma barreira a contrariar e esmagar os planos de conquista, não só pela sua pujança inigualável, mas, e principalmente, pelo inumerável gentio que abrigava. Decênios, séculos decorreriam até que o homem branco pudesse palmilhar – sem o temor mortal dos primeiros tempos – o território que ficava além das praias marítimas (OLIVEIRA, 1975, p. 18).

Se Maria Stella os qualificou de “inimigos internos”, José Teixeira evidencia a barreira que dificultou o desenvolvimento do Espírito Santo, destacando, inclusive, a especificidade local, o diferencial negativo da Capitania em relação às demais: a presença do índio. Seguindo a perspectiva da trajetória de progresso espírito-santense, a obra colonizadora deveria

representar o desenvolvimento do Espírito Santo em sua origem, porém, os indígenas eram a dissonância a esse propósito. Neida Lúcia, Maria Stella e José Teixeira desconsideraram a resistência desses atores. Esse não reconhecimento implica, segundo Almeida (2010), na cristalização de uma imagem acerca de certos grupos indígenas:

Alguns desses grupos foram especialmente aguerridos e tornaram-se bastante conhecidos pelas descrições extremamente negativas e estereotipadas, como os caetés, os potiguaras, os Goitacazes e os terríveis aimorés que, a partir do século XVIII, foram sendo chamados de botocudos (ALMEIDA, 2010, p. 37).

Nesse sentido, a representação de inimigos e obstáculo do desenvolvimento constituiu-se por meio dos eventos narrados e nas qualificações negativas. Identificados no contexto de chegada e fixação do colonizador e, conseqüentemente, do desenvolvimento do Espírito Santo, os indígenas foram representados na luta contrária ao estabelecimento do elemento português. As ações dos grupos indígenas não eram tratadas como resistência, mas lhes foi atribuído o significado de barreira. A própria chegada dos colonizadores retrata esse perfil elaborado sobre os indígenas. Segundo Maria Stella de Novaes:

Senhor Absoluto daquela Natureza incógnita, o índio enfrenta o colonizador de sua terra estremecida. Arcos, flechas, lanças e outras armas, ao seu dispor, são manejadas contra as balas, que rompem a folhagem e os canhões troantes abordo, até que, aturdido, o aborígine afasta-se para as matas distantes, enquanto o lusitano, decidido, pisa nas terras de suas esperanças (NOVAES, 1964, p. 15).

José Teixeira de Oliveira narra esse momento também fazendo alusão à noção de impedimento:

O primeiro contato com a terra revelou os tropeços que aguardavam aquele pugilo de aventureiros:

os índios preparavam uma recepção nada cordial. Postando-se armados em grupos na praia, mostravam-se dispostos a impedir o desembarque. Alguns disparos das peças de bordo, porém, anularam a pretensão, afugentando-os para a floresta (OLIVEIRA, 1975, p. 35).

A ausência de cordialidade por parte dos indígenas marcava, assim, o primeiro momento e contato entre estes, os inimigos, e os portugueses, os pioneiros e realizadores do projeto de construção do Espírito Santo. Desconsiderando a existência de um processo de conquista e colonização, a narrativa acerca do contato define o papel reservado aos indígenas, como a dificuldade a ser superada, tanto que Oliveira (1975, p. 39) argumenta que “as duas grandes tarefas” reservadas aos colonizadores eram as de “cultivar a terra e conquistar o coração do íncola.” A construção da imagem do indígena na história capixaba efetivou-se, assim, por meio dessas referências que demarcavam o lugar de obstáculo.

Esses atores receberam uma série de alusões a características negativas. Terror, ameaça e ferocidade caracterizaram as qualificações e adjetivações nessas situações narradas. Novaes (1964, p. 51), ao relatar uma batalha travada entre os colonizadores e índios goitacazes, em 1594, ressalta que estes eram “destros nos arcos, inimigos de todos, ferozes e gigantes” e tinham “predicados para a luta.” José Teixeira também qualificava os “inimigos de todas as horas” a partir da dicotomia entre atraso e progresso, que marcara a interpretação sobre o Espírito Santo colonial:

No Espírito Santo, sua atuação vinha sendo de franca hostilidade ao branco. As eventuais tréguas entre as duas sociedades nada mais pressagiavam, nesta faixa litorânea, que maior ameaça futura, quiçá golpe mortal, por parte dos belicosos habitantes da floresta (OLIVEIRA, 1975, p. 49).

Associados, então, à guerra, avessos e hostis à obra colonizadora, os indígenas foram construídos

nessa trajetória capixaba condicionados aos prejuízos do Espírito Santo, correspondendo à imagem negativa constituída acerca do período colonial. Se as ausências de Vasco Fernandes Coutinho (viagens a Portugal como evidencia a historiografia) foram interpretadas como danosas para o desenvolvimento da Capitania, os indígenas lá estavam:

Muito perdeu a Vila de Nossa Senhora da Vitória, na ausência do donatário, porque os tupiniquins, aliados aos goitacás, serream os colonizadores, queimaram os engenhos e as fazendas; atacaram a flechadas Dom Jorge de Menezes e seu substituto Simão Castelo Branco[...] Cercada a Vila, seus moradores viram-se obrigados a abandoná-la; passaram para a Ilha de Duarte de Lemos. Foram alguns para as capitanias vizinhas (OLIVEIRA, 1975, p. 21).

José Teixeira de Oliveira também narra esse evento, resumindo o que ele definiu como “índios x brancos”, denominando tal relação como “carnificina”. Nessa perspectiva, encontramos na conclusão do capítulo “Trabalho, sangue e ruínas” a presença do indígena como responsável pela condição de “sombras e ruínas” da capitania:

Os que não morreram em combate—restrita minoria—fugiram aterrorizados para as capitanias vizinhas ou pereceram transviados na floresta. Os silvícolas reduziram o trabalho de mais de um decênio a pouco mais de uma tapera. [...] O “vilão farto” de que tanto se orgulhava o donatário, convertera-se em ruínas, depois de ter sido a terra da dor e da morte para os que teimavam em salvá-la (OLIVEIRA, 1975, p. 59).

Neida Lúcia os inseriu, também, como impedimento à interiorização e à busca de riquezas na capitania. Ao falar da única possibilidade de progresso aberta no século XVIII no Espírito Santo, devido ao bloqueio determinado pela Coroa, a autora argumenta que o empreendimento foi impedido devido aos índios:

Foi no início da segunda metade do século, em 1757. A mineração do ouro, descoberto em Castelo, na bacia do Rio Itapemirim, foi permitida, apesar de veemente condenação do governo da Bahia. Esse, entretanto, tinha outros aliados. Os índios destruíram a povoação nascente (MORAES, 1971, p. 31).

A apreciação acerca do índio como um perigo à colonização chegou a definir mesmo a argumentação acerca do nome da Ilha de Vitória. Independente do debate e das interpretações sobre esse tema, o triunfo dos colonos sobre os indígenas tornou-se referência para a origem da nomeação da Ilha:

Esse fato, que alguns historiadores do Espírito Santo consideram ‘mentira histórica’, ou simples tradição, é encontrada nos trabalhos de Daemon, Amancio Pereira, Teixeira de Melo e outros, como origem do nome Vitória, para a capital do Espírito Santo. Alberto Lamego, por exemplo, diz: - ‘Atacada pelos índios e sendo repelidos, após mortífero combate, deu-se à povoação o nome de Vitória’. Igualmente, a Vitória sobre os índios é registrada, em quase todos os autores, pelo fato de terem-se afastado em definitivo e deixado os colonizadores, em paz. [...] Portanto, o que se deu, ao certo, a 8 de setembro de 1551, em relação à Vila Nova, não foi sua fundação, sim a consagração da matriz a Nossa Senhora da Vitória. E, de acordo com os cronistas, a mudança do nome para Vila da Vitória, em atenção ao valor, brilhantes feitos e gloriosa vitória que alcançaram os povoadores, ficando até hoje esse nome, que, por Decreto de 18 de março de 1823, foi confirmado, ainda na criação da cidade. [...] Tem, portanto, a Capital do Espírito Santo honrosa fé-de-ofício, um passado heroico, bastante para justificar o seu batismo e atestar o valor de seus fundadores (NOVAES, 1964, p. 24-25).

O conjunto de característica atribuídas aos indígenas, dessa forma, aparece em oposição aos responsáveis pela obra colonizadora. Hostilidade, animosidade, perigo e terror constituíram o perfil desse

grupo. Na narrativa do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo não existiu lugar para a diversidade e reconhecimento das diferentes experiências vivenciadas por esses sujeitos no passado.

Os indesejáveis indígenas também figuraram como o obstáculo a ser superado. O que ocorreu na própria escrita da história. Segundo Cristiane Portela, essa questão permeia a própria história da historiografia brasileira:

Se considerarmos que, no Brasil, desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no século XIX, até meados do século XX predominou uma perspectiva tradicional que considerava as sociedades indígenas como inferiores e destituídas de história, e que a superação dessa tendência só veio com a interpretação marxista a partir da década de 1960 (na qual o ‘apagamento’ da história indígena foi tão grande quanto), constata-se, não sem admiração, a ausência historiográfica do indígena em praticamente toda a história do Brasil (PORTELA, 2009, p. 154).

Nas narrativas analisadas, o século XIX surge como o início de uma trajetória de superação do Espírito Santo e identificamos que os autores, além de se limitarem a reproduzir a imagem da hostilidade, extinguíram os indígenas da narrativa histórica.

Primeiramente, foram interpretados também como obstáculo à penetração territorial no século XIX. Maria Stella de Novaes evidencia que o governador Silva Pontes, no início, buscou criar destacamentos militares uma vez que “os botocudos, ferozes e indomáveis, atacavam as fazendas e matavam os colonizadores.” Como registra a autora, ao citar a dificuldade desse Governador em constituir a ligação entre o Espírito Santo e Minas Gerais via Rio Doce: “Em pouco tempo, a Aldeia de Coutins foi visitada pelos botocudos que mataram um soldado e correram com os outros.” (NOVAES, 1964, p. 154)

Nesse período, o empecilho para a ligação entre Espírito Santo e Minas Gerais eram os índios botocu-

dos. Ou seja, na visão dos autores, a grande dificuldade surgida nesse projeto era a de povoar a região, e, novamente, o indígena surgia em prejuízo ao desenvolvimento. Na passagem para o período Imperial, José Teixeira de Oliveira evidencia mais uma vez a dificuldade de penetração e povoamento do interior responsável pela ligação com as Minas Gerais, o que era visto como necessário para o progresso da região, mas que tiveram nos “inimigos de todas as horas”, os “temíveis silvícolas” os responsáveis pela não realização do projeto:

A existência de numerosas tribos de botocudos na região atravessada pela estrada Espírito Santo-Minas era a causa principal do seu abandono. Em verdade, os temíveis silvícolas não eram simples tema literário. Enchiam de pavor mesmo aos habitantes das vilas e até os da Capital, pois visitavam frequentemente as lavouras situadas nas proximidades daquelas povoações, depredando e matando. A correspondência dos presidentes, de quando em vez, acusa o terror que os índios inspiravam, prejudicando todas as tentativas de penetração (OLIVEIRA, 1975, p. 320).

Esse perigo representado pelos indígenas aparece ainda na abordagem de Maria Stella de Novaes quando a autora ressalta a preocupação em se criar defesas contra os ataques daqueles a quem a autora classificou como inimigos internos. Ao caracterizar o Espírito Santo em inícios do século XIX, Novaes identifica como sintoma da dificuldade de desenvolvimento da Capitania a fixação dos colonizadores restrita ao litoral, e que as buscas pela interiorização eram dificultadas pela presença do indígena. Apareciam, portanto, como responsáveis pela formação de quartéis, criados com o objetivo de combate aos inimigos do progresso. Segundo a autora:

A fim de prevenir as devastações feitas pelos índios, que chegaram a descer até os lugares próximos da Vila da Vitória, e invadir as fazendas, nas margens

do Rio Santa Maria da Vitória e na Freguesia da Serra, o Governo, pelo Decreto de 18 de agosto de 1810, criou, na Capitania, um batalhão de Artilharia Mili-ciana, definitivamente organizado, a 1º de dezembro. Recebeu um parque de campanha, arma que os índios mais temiam (NOVAES, 1964, p. 111).

Os indígenas definiam essa dinâmica de estabelecimento e expansão de um aparato militar, que foi registrado pela autora também em função dos ataques das tribos. Segundo ela, “ainda em 1810, para o mesmo fim de combater os índios criou-se um posto militar, o Quartel de Bragança.” (NOVAES, 1964, p. 112) E, registra que, em 1813, eles:

atacaram os quartéis de Aguiar, a 19 de fevereiro de 1813; de Linhares, a 31 de março, o sertão de Iconha, em Benevente, a 29 de maio; a povoação de Linhares, a 16 de agosto; e ainda o Porto do Sousa, a 30 de setembro. Morreram igualmente alguns defensores. [...] Foi esse o motivo por que, no mesmo ano, foram desdobrados os destacamentos da Capitania [...] (NOVAES, 1975, p. 112-113).

Os autores reproduzem a imagem de hostilidade atribuída aos indígenas. A construção de quartéis aparece simplesmente como exemplo da necessidade de proteção à postura dos “inimigos” do processo de interiorização. Nesse sentido, os indígenas são excluídos da história do Espírito Santo. Sua invisibilidade ocorre a partir desse momento nas obras, identificamos que eles cedem lugar aos fatos e personagens selecionados para a composição da narrativa da superação do atraso (MOREIRA, 2001, p. 106). Comparativamente, podemos observar a percepção de Silva Pontes, personagem-símbolo do progresso na leitura dos autores, em suas impressões sobre os índios. Segundo Vânia Moreira:

Para Silva Pontes, por exemplo, que assumiu a administração da capitania em 1800, a presença indígena era não apenas inequívoca, mas um verdadeiro pro-

blema ou um enorme transtorno. Definiu a situação do Espírito Santo como precária, pois ‘rodeada de gentio inimigo todo o perímetro da colônia, desde a barra do Rio Doce, até o da barra da Parayba do Sul, não se estranham os colonos para o centro do sertão’. Preferia a população viver, ao contrário, ‘em contínuo litígio, mas nunca deliberando-se a ir formar estabelecimento, onde as matas estão sem dono, e a abundância abandonada ao corpo do gentio’ (MOREIRA, 2001, p. 101).

Dessa forma, os autores assumiam uma postura de reprodução de atribuições negativas aos índios, corroborando e fortalecendo uma imagem existente desde o período colonial. As narrativas estabeleceram as categorias de “colaboradores” ou “inimigos” da obra da colonização na interpretação dos diferentes sujeitos da história do Espírito Santo, e, para os indígenas, essa dicotomia significou a apropriação de uma visão sobre eles instituída naquele período. Para Tarcísio Silva, ao abordar a visão elaborada sobre os indígenas nas primeiras décadas do século XIX:

[...] essa separação maniqueísta entre “índios bons” e “índios maus” pode levar-nos a falsas considerações. Essa separação entre os índios é uma visão que pode ter suas origens nas narrativas dos cronistas da época [...] ou, dizendo de outra maneira, é uma construção que, sendo repetida, pode ter-se constituído num falso estatuto (SILVA, 2006, p. 308).

Corroborando esse autor, é possível reportar à avaliação de Vânia Moreira sobre os estereótipos acerca dos indígenas, estabelecidos nos conflitos por eles vivenciados no passado e reproduzidos ao longo do tempo:

Tais estereótipos foram, aliás, incorporados e reproduzidos por segmentos importantes da intelectualidade da província no decorrer do século XIX. [...] Para o historiador Braz da Costa Rubim, em livro publicado em 1861, os botocudos eram não apenas

os maiores responsáveis pelo atraso da lavoura no interior, mas também verdadeiros assassinos, bárbaros e antropófagos. As conclusões do historiador não podiam ser, de fato, muito diferentes, já que sua metodologia de pesquisa se baseava na reprodução textual dos documentos oficiais de época. [...] ‘A verdade histórica’ da segunda metade do século XIX era, portanto, inequívoca: os índios impediam o desenvolvimento da lavoura e não passavam de bárbaros assassinos e canibais (MOREIRA, 2001, p. 121).

Analisando as interpretações de José Teixeira de Oliveira, Neida Lúcia e Maria Stella de Novaes constata-se que eles colaboraram para a definição de um papel aprisionado ao período colonial do Espírito Santo. Inimigos, obstáculos e barreira para o desenvolvimento do Espírito Santo.

Uma narrativa histórica que determinou o sentido do passado capixaba pela perspectiva da superação, determinou uma hierarquia aos períodos históricos em função desse sentido da superação. O atraso colonial é substituído pelo avanço do Espírito Santo em direção ao progresso. Nessa narrativa, os séculos XIX e XX marcam o progressivo desenvolvimento do Espírito Santo. Sujeitos históricos, fatos e circunstâncias selecionadas para o roteiro histórico da superação do atraso não correspondem mais aos índios. Interiorização, imigrantes, conquistas tecnológicas, entre outros, passaram a orientar e dominar a narrativa do passado local. A eliminação dos entraves coloniais repercutiu no lugar reservado aos indígenas. Um vazio e silenciamento da história indígena ocorrem e, enfim, não se encontra referência sobre as lutas, dinâmica e experiências diversas realizadas por eles a partir do século XIX na trajetória histórica local. A superação do atraso histórico foi, também, a superação/ eliminação dos índios na história capixaba.

## Por uma nova história indígena no Espírito Santo

A desconstrução de narrativas mestras, atualmente, é uma das características da produção acadêmica sobre a história do Espírito Santo. Sob uma nova perspectiva de leitura do passado e do fazer historiográfico, os estudos históricos passaram a problematizar e relativizar um modelo de interpretação histórica estabelecido, uma historiografia crítica cujo propósito é o de eliminar conceitos-chave, categorias e símbolos instituídos (RÜSEN, 2007, p. 56). Uma nova formatação historiográfica que contribuiu para a modificação acerca da interpretação e da abordagem sobre o passado indígena.

Esses estudos são caracterizados não só pelas modificações na escrita da história, mas surgem sob uma perspectiva crítica e reivindicativa em relação ao papel desses sujeitos no passado e no presente. Ela passou a exercer um importante papel no emba-te aos efeitos negativos da memória sobre determinados sujeitos da história, em especial, os indígenas. Segundo Dosse (2001, p. 68), a história pode possuir uma função terapêutica, pois, como lugar do conflito de interpretações, ela tem o potencial de se abrir para a memória do outro, trazendo novos relatos, e questionando o que estava cristalizado. Nesse sentido, o resgate do passado indígena emergiu de novos questionamentos que permitiram o surgimento de narrativas que incorporam os sujeitos excluídos pela narrativa oficial (MOREIRA, 2001, p. 272).

Essa nova configuração historiográfica tem redefinido a marginalização histórica dos indígenas, sobretudo, possibilitando uma transformação na maneira de se compreender a sua presença como atores históricos:

de vítimas passivas ou selvagens rebeldes que, uma vez vencidos, não movimentavam a história, diferentes grupos étnicos da América passam, a partir dessas pesquisas, a figurar como agentes sociais que, diante da violência, não se limitaram ao imo-

bilismo ou à rebeldia. Impulsionados por interesses próprios e visando à sobrevivência diante das mais variadas situações caóticas e desestruturadoras, movimentaram-se em diferentes direções, buscando múltiplas estratégias que incluíam rearticulações culturais e identitárias continuamente transformadas na interação com outros grupos étnicos e sociais (ALMEIDA, 2012, p. 2).

É a partir dessas características que se configura a imagem do indígena como sujeito na historiografia espírito-santense. Avaliando as narrativas históricas sobre os índios no Espírito Santo, é possível apontar três tipos de abordagem que se complementam e contribuem no resgate da trajetória indígena. Primeiramente, existem trabalhos que chamam a atenção para a necessidade de romper com estereótipos, que defendem a necessidade de reconhecimento do papel de resistência que esses grupos exerceram ao projeto colonizador. Em segundo lugar, aparecem estudos que ressignificam a experiência histórica dos índios no Espírito Santo, em especial, no século XIX, período no qual, tradicionalmente, passaram a ser excluídos e silenciados pela historiografia. E, por último, estudos que resgatam o passado indígena no século XX, evidenciando o dinamismo desses grupos e suas diferentes experiências de luta e reivindicações que se estendem no tempo.

Direcionando sua crítica às interpretações tradicionais acerca dos indígenas, essa perspectiva focaliza a complexa teia de situações e relações estabelecidas na experiência vivenciada pelos diferentes grupos indígenas no contato com outras sociedades. A temática indígena relativa ao Espírito Santo tem deslocado o sentido das narrativas históricas para perspectivas que compreendem os diferentes grupos indígenas como agentes históricos autônomos, agindo sempre em função de seus interesses, tanto reagindo ao processo de colonização ou integrados à dinâmica social.

Essas narrativas críticas produzem deslocamentos significativos no lugar ocupado por esses

personagens históricos. Superam a lógica da superação do atraso, eliminando o vínculo dessas populações da categoria de inimigos selvagens e obstáculos do progresso e os reconhecem como sujeitos inseridos e integrados em dinâmicas sociais desfavoráveis, porém, como capazes de agir e reagir de acordo com suas possibilidades. Retiram os indígenas, também, da condição anacrônica e idealizada de pertencimento a um período do passado local marcado pelo atraso, o colonial. Permitem sua emergência na história local justamente em momentos em que as narrativas históricas os eliminam e apagam. De uma ausência sugerida pelos “vazios demográficos”, as populações indígenas são representadas nessas narrativas em sua diversidade étnica, como sujeitos ativos e, sobretudo, em suas circunstâncias de participação na sociedade, em suas estratégias de ação, que correspondem às suas lutas históricas por conquistas e reconhecimento de direitos.

#### Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Regina. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Apresentação. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200001&lng=en&nrm=iso).
- DOSSE, F. A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate dos sentidos. São Paulo: Unesp, 2001.
- MORAES, Neida Lúcia Borges de. O Espírito Santo é assim. Rio de Janeiro: [s.n.], 1971.
- MOREIRA, Vânia Maria Lousada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). DIMENSÕES – Revista de História da UFES, Vitória, n. 9, pp. 99-123, 2001.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia. In: DIMENSÕES – Revista de História da Ufes, Vitória, n.13, pp. 87-104, 2001.
- NASCIMENTO, Rafael C. A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo. Vitória: Milfontes, 2018.
- NOVAES, Maria Stella de. História do Espírito Santo. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964.
- OLIVEIRA, José Teixeira. História do Espírito Santo. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.
- PORTELA, Cristiane de Assis. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. In: Sociedade e Cultura,

Goiânia, v. 12, n. 1, p. 151-160, jan./jun. 2009.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SILVA, Tarcísio Glauco da. Junta Militar do Rio Doce: a posse da terra como um dos objetivos de conquista. In: DIMENSÕES – Revista do departamento de História da Ufes, Vitória, n. 18, pp. 301-331, 2006.

